

As revoltas militares de 1924 no Estado de São Paulo e no sul do Brasil e a “Guerra Intestina” movida pelos tenentes

Uma abordagem histórico-metodológica

Eduardo Henrique de Souza Martins Alves¹

Introdução

O presente artigo aborda as Rebeliões de 1924, ocorridas nos Estados de São Paulo e do Rio Grande do Sul — idealizadas e conduzidas por militares de baixa patente, na sua maioria pertencentes ao Exército Brasileiro; os “Tenentes”, como ficaram conhecidos —, e a formação das colunas Paulista e Gaúcha; a reação do governo federal; e o emprego da força legal, constituída por tropas do Exército Brasileiro e da Força Pública dos estados envolvidos, visando debelar as rebeliões.

Noventa anos são passados dos fatos ocorridos nos anos de 1924 e 1925, que tiveram, como consequência imediata, a perseguição aos rebeldes pelo interior dos estados do Rio Grande do Sul, do Paraná, de Santa Catarina e de São Paulo, por forças leais ao governo brasileiro.

Relembrar essas revoltas, no presente ano, emblemático no que diz respeito a fatos históricos importantes (100 anos do início da I Guerra Mundial – 1914; 80 anos da pro-

mulgação da Constituição de 1934 – a “Polaca”; 70 anos da participação do Brasil na II Guerra Mundial – 1944; 60 anos do suicídio do Presidente Getúlio Vargas – 1954; e 50 anos da Contrarrevolução de 1964), é oportuno e fundamental para a manutenção da memória e da história nacional.

Antecedentes históricos

A substituição do regime monárquico pelo republicano no Brasil, a partir da última década do século XIX, trouxe novamente para o centro da turbulência política os militares. A “República da Espada,” como ficou conhecido o período dos governos de Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto (1889-1894), caracterizou-se pela disputa do poder envolvendo os militares, particularmente do Exército, e civis que compunham as oligarquias paulista e mineira, ligados à indústria cafeeira.

Com a ascensão ao poder de governos civis, as alianças políticas entre os estados concretizaram-se, e a monocultura do

¹ O autor é coronel do Exército, da arma de Infantaria, turma de 1976. Possui os cursos de carreira do EB, foi Cmt do 3º BI, é bacharel licenciado em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF), especialista em História Militar Brasileira pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Atualmente é professor contratado na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME).

café estabeleceu o modelo econômico para o Brasil. Com isso, a perpetuação no poder e a manutenção dos privilégios auferidos pela cúpula cafeicultora dominaram a estrutura política do governo até o final da década de 1920.

O poder das oligarquias políticas teve, na figura do Presidente Campos Sales, o verdadeiro amalgamador da organização dessa sociedade. Mesmo com a ocorrência de confrontos que desestabilizavam periodicamente o país, conseguiu o presidente unir todas as vertentes oligárquicas com um projeto de governo que ficou conhecido como a “política dos governadores”. Nessa nova organização política, o Exército deveria cumprir sua destinação constitucional de garantidor da ordem².

Em 1910, ascendeu ao poder, democraticamente, o marechal Hermes da Fonseca. Ele tentou formalizar a chamada política “salvacionista”, com o objetivo de afastar as oligarquias e equilibrar o poder central com os estados, dominados por verdadeiros clãs regionais. Com o término do governo Hermes, o poder retornou aos governadores.

Durante o período de 1914 a 1918, no desenrolar da Primeira Grande Guerra na Europa, a instabilidade político-econômica mundial causou reflexos negativos no Brasil.

O país, atingido pela crise e pela ausência de projetos alternativos do governo de Wenceslau Brás, viu comprometido seu sistema bancário e a rarefação do mercado consumidor de café, o principal produto de exportação, que sustentava a economia brasileira, principalmente nos momentos de crise interna. Essa conjuntura levou ao enfraquecimento das lideranças paulistas, que procuraram de qualquer modo preservar o valor econômico do café, tornando-se cada vez mais impopulares.

No contexto da sociedade brasileira dos anos 20, o Exército era considerado como uma instituição formada na classe média. A maior parte da oficialidade provinha de setores urbanos, e até os originários do campo não possuíam qualquer relação com os poderes regionais. Deve-se levar em consideração também que o soldo

recebido não expressava uma situação de conforto econômico.

As divisões no poder político-social que existiam na “República Velha” (1889-1930) transformaram o Exército na única instituição que possuía caráter verdadeiramente nacional, e o “Tenentismo” passou a expressar a contestação ao governo, particularmente porque não havia espaço político para os setores médios da população brasileira. As ideias e os projetos políticos da classe média urbana, em

No contexto da sociedade brasileira dos anos 20, o Exército era considerado como uma instituição formada na classe média

² As forças de terra (Exército) e mar (Marinha) são instituições nacionais permanentes, destinadas à defesa da Pátria no exterior e à manutenção das leis no interior. A força armada é essencialmente obediente, dentro dos limites da lei, aos seus superiores hierárquicos e obrigada a sustentar as instituições nacionais. Artigo nº 14 da Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 24 de fevereiro de 1891.

potencial, aguardavam uma oportunidade que permitisse modificar a estrutura conservadora do governo (a elite cafeeicultora). Como ainda não estava arraigada a consciência de classe, foi mais prático eleger os militares como o grupo que poderia realizar essa reestruturação no modelo político-social do Brasil.

A partir da década de 1920, as mudanças ocorridas no mundo modificaram o comportamento político-ideológico do Brasil, que possuía apenas correntes conservadoras como condutoras do poder político do Estado. O surgimento do incipiente movimento do operariado urbano, fruto de uma industrialização precária e lenta, preocupou de imediato o governo. Os confrontos regionais expuseram as contradições e os movimentos oposicionistas começaram a surgir. Os militares, de certa forma, encontravam-se divididos. Oficiais superiores, mais antigos, ligados mais à vida nos quartéis, permaneceram conscientes de sua missão constitucional de mantenedores da ordem (o que pressupunha obedecer às ordens das autoridades constituídas legalmente); contudo a oficialidade mais jovem, descontente com a situação vigente no país, passou a participar mais ativamente do processo político nacional.

Aspectos histórico-metodológicos

Na visão de alguns historiadores³, que tentaram estabelecer uma correlação entre os "tenentes" e as classes médias urbanas, os aspectos acima foram suficientes para validar

o "Tenentismo" como representativo da burguesia emergente, em condições de participar das contestações ao governo. O Exército seria a vanguarda do processo de mudança. Outros estudiosos⁴ do assunto preferiram dar mais abrangência ao estudo do processo econômico-social daquela época. Suas convicções a respeito do "Tenentismo" estavam concentradas no confronto que existia entre uma sociedade agrário-exportadora e a recente urbano-industrial.

De outra forma, numa visão mais equilibrada, os "tenentes" não puderam efetivamente representar os anseios dessa nova classe, mesmo que eles se considerassem participantes da comunidade e importantes no desenvolvimento da instituição que representavam. A jovem oficialidade não se considerava mais como "mantenedora" de governos eleitos de maneira corrupta e moralmente ilegal. O que se verificou foi que a relação entre os militares e a classe média era complicada. Primeiro, porque não existia uma classe média homogênea e, segundo, porque o Exército abrigava uma cisão entre os "tenentes" e os oficiais mais antigos. Não se pode deixar de considerar a origem pequeno-burguesa da jovem oficialidade, no entanto, também não havia entre a classe média e os "tenentes" uma similaridade na formação de ambos.

Para que manifestações como o tenentismo e o civilismo possam ser esclarecidas, deve ser examinada a relação de representação entre classes médias e burocracia ci-

³ Essa visão foi adotada por Nelson W. Sodré, Edgard Carone e Virgínio Santa Rosa.

⁴ Participam dessa opinião Boris Fausto, Maria do Carmo Campello de Souza e José Murilo de Carvalho.

vil, entre classes médias e militares: de que maneira, diante da incapacidade constitutiva das classes médias em se organizarem politicamente, elas passam a se manifestar através de outras categorias onde sua presença nem sempre é hegemônica. No interior dessas categorias, as classes médias repetem o mesmo relacionamento contraditório que marca sua presença na estrutura social: como não é compacta sua presença na burocracia e no aparelho militar, a sua manifestação no interior dessas categorias enfrentará as mesmas dificuldades que encontra no confronto com a burguesia e o proletariado.⁵

Então, se a classe média não estava conformada com o processo político vigente, não deveria ter participado do desenvolvimento econômico junto com a oligarquia, o que não foi uma constatação. Por isso, o caminho para a distensão foi demorado e repleto de contradições, até o rompimento definitivo e a extinção da "República Velha".

Ao se abordarem os acontecimentos ocorridos no Brasil, durante a chamada "República Velha", tem-se que destacar o "Movimento Tenentista" como um dos eventos mais marcantes e emblemáticos daquela época. É de se ressaltar

também que, dentro da conjuntura do "Tenentismo", a "Marcha"⁶ através do território brasileiro, a partir do ano de 1924, que passou à História cognominada de "Coluna Miguel Costa-Prestes", representou o ponto alto, o "clímax" daquele movimento, pela sua duração no tempo e porque concentrou na sua constituição importantes lideranças do "Tenentismo".

O movimento político-militar ocorrido no Brasil, a partir da década de 1920, com a denominação de "Tenentismo" (por envolver a oficialidade de patentes subalternas das Forças Armadas – "os tenentes"), atingiu seu ponto de ebulição com a realização de uma marcha através do território brasileiro, levada a efeito pelos revoltosos (militares e civis), por cerca de dois anos e meio: Os

rebeldes eram oriundos das rebeliões de 1924, que eclodiram primeiramente no Estado de São Paulo (5 de julho) e posteriormente no Estado do Rio Grande do Sul (29 de outubro). Esse fato ficou conhecido

na historiografia brasileira como "A Marcha da Coluna Miguel Costa-Prestes".

As Rebeliões de 1924, tanto na cidade de São Paulo quanto nas cidades do interior do Rio Grande do Sul, estavam inseridas no

A jovem oficialidade não se considerava mais como "mantenedora" de governos eleitos de maneira corrupta e moralmente ilegal

⁵ PINHEIRO, Paulo Sérgio. Classes Médias Urbanas: formação, natureza, intervenção na vida política. In: FAUSTO, Boris (Dir). **História geral da civilização brasileira: o Brasil republicano, sociedade e instituições**. Rio de Janeiro: Difel, 1985, p. 30.

⁶ Marcha: Movimento de tropa para se transportar de um para outro ponto; Marcha de retirada, a que se faz para evitar o inimigo. MARCHA. In: DICIONÁRIO técnico militar de terra. Lisboa: Typographia do Annuario Commercial, 1911. p. 249.

contexto maior do movimento "Tenentista", que objetivava a tomada do poder e a derrubada do governo constituído no Brasil.

Quando se estuda o movimento "Tenentista," há a incorporação natural da imagem de que o Exército, como instituição da República, ficou comprometido por não ter combatido, com resultados satisfatórios, os rebeldes envolvidos nas diversas rebeliões ocorridas durante as primeiras décadas da República. Os tenentes, a despeito do heroísmo e da determinação de conseguir seus objetivos, eram ainda jovens demais para acumular muita experiência em operações militares reais. Desconheciam também a dimensão territorial do Brasil.

A "Coluna Miguel Costa-Prestes" se originou de duas vertentes rebeldes: uma, paulista, comandada pelo major da Força Pública de São Paulo, Miguel Costa; a outra, gaúcha, liderada pelo capitão do Exército Brasileiro, Luis Carlos Prestes. Essas duas colunas encontraram-se formalmente na cidade de Foz de Iguaçu, no oeste do Estado do Paraná, em 1925. Desse encontro, surgiu a "Coluna Miguel Costa-Prestes".

A Rebelião⁷ "Tenentista", ocorrida no ano de 1924 nos Estados de São Paulo e do Rio Grande do Sul e que eclodiu com os levantes militares, nos quartéis localizados na

cidade de São Paulo e em cidades do interior gaúcho, disseminou-se por toda a região do interior, estendendo-se a oeste dos Estados do Paraná e de Santa Catarina. Muitos civis comprometidos com a disputas políticas regionais aderiram à causa rebelde.

O Exército já possuía uma estrutura administrativa e operacional que permitiu seu engajamento no combate aos rebeldes, desde os acontecimentos do "Forte de Gopacabana", em 1922, na cidade do Rio de Janeiro, até o momento do exílio, imposto pelas circunstâncias, dos remanescentes da conhecida "Coluna

Miguel Costa-Prestes", no interior da Bolívia em fevereiro de 1927.

Não se consegue entender, até agora, de fato, como um punhado de militares, desprovidos de apoio logístico eficiente, conseguiu marchar através do território brasileiro sem sofrer uma derrota definitiva. Por não terem oferecido combate deliberado às forças legais, conseguiram sustentar o movimento por cerca de dois anos.

O que se tornou outra questão importante foi tentar conhecer o "tipo de guerra" praticado por ambos os lados durante toda a campanha até a formação da "Coluna Miguel Costa-Prestes", na cidade de Foz de Iguaçu. O presente artigo não aborda o processo de implantação da Missão Militar Francesa

*Não se consegue entender
como um punhado de militares,
desprovidos de apoio logístico
eficiente, conseguiu marchar
através do território brasileiro
sem sofrer uma derrota definitiva*

⁷ Rebelião: Revolta; ato de rebelar; oposição por via de fato à execução de um ato, resistência à mão armada às ordens superiores ou das autoridades legais. REBELIÃO. In: DICIONÁRIO técnico militar de terra. Lisboa: Typographia do Anuario Commercial, 1911. p. 322.

(MMF) no Brasil, ocorrido a partir de 1920, mas apenas as consequências táticas e operacionais do emprego das tropas legais contra os revoltosos, utilizando a doutrina militar e os conceitos preconizados pela MMF, condicionados, é claro, às características geográficas do território brasileiro.

O Exército Brasileiro, naquela época, ao dar combate de imediato aos rebeldes, já utilizava os conhecimentos militares da Missão Militar Francesa, que se havia instalado no Brasil a partir de 1920, de concepção contrária, até certo ponto, à que era empregada pelos rebeldes, o que poderia suscitar alguma dúvida sobre a eficácia do aprendizado.

A ideia de que as forças legais foram incompetentes e que não atuaram profissionalmente na perseguição e no combate aos rebeldes nunca foi confirmada historicamente. Vivia o Exército Brasileiro sob a influência doutrinária da MMF, que certamente teve a oportunidade de verificar se a doutrina ensinada estava sendo aplicada, mesmo que de forma incipiente. Têm-se que considerar também a experiência militar dos tenentes, adquirida na prática e, ainda, a inversão dos preceitos da hierarquia e da disciplina militares.

Fazer uma revisão das obras mais importantes hoje existentes sobre o assunto não nos permitirá ter conhecimento sobre as ações militares dos rebeldes e das forças legais empenhadas em combatê-los. Prin-

cipalmente porque não existe uma obra específica sobre a "Coluna Gaúcha". As informações sobre essa coluna estão inseridas nos livros que tratam da "Coluna Miguel Costa-Prestes", precisamente naqueles que construíram a mistificação de "Coluna Invencível."

As ações militares desenvolvidas pela coluna rebelde ainda não foram estudadas em profundidade, considerando-se a doutrina militar da época. As experiências vividas, descritas em fontes bibliográficas, e os relatos dos comandantes dos destacamentos, por vezes autobiográficos, tornaram-se fontes de informação doutrinária, que não foram nem estão sendo analisadas com a importância e o interesse necessários.

Estudar o Movimento Tenentista como fenômeno militar nunca foi foco de pesquisa para historiadores na atualidade. Dentro da instituição Exército Brasileiro, não houve nem há, no momento, estudos ou pesquisas sobre as operações militares desenvolvidas naquela época.

O livro *A Coluna Prestes* do brasileiro Neil Macaulay, é que contém

uma abordagem mais "operacional" sobre o tema. Também o livro do professor José Augusto Drummond, *O Movimento Tenentista: a intervenção política dos oficiais jovens (1922-1935)*, analisa as ações militares com uma visão mais prática, sem estabelecer, no entanto, nexos com as operações desenvolvidas

*Estudar o Movimento Tenentista
como fenômeno militar
nunca foi foco de
pesquisa para historiadores
na atualidade*

pelo Exército Brasileiro durante o combate aos rebeldes.

No livro da historiadora Anita Leocádia Prestes (filha de Luis Carlos Prestes), *A Coluna Prestes*, fruto de extensa pesquisa, que poderia ser uma referência para o trabalho, a autora procurou focar a ação dos rebeldes centrada na figura de Prestes e na ideia de formação de um "Exército de Libertação Nacional", que, acredito, fora do contexto cronológico dos fatos históricos. As autobiografias de João Alberto, Cordeiro de Farias e de Juarez Távora abordam os aspectos militares voltados para o lado dos rebeldes. Não houve a intenção de estudar o movimento militar da "Coluna", nem mesmo discutir as ações levadas a efeito pelos dois lados.

Encontrou-se, fruto de pesquisa realizada, uma obra, do marechal Oscar Falcão, que estudou as ações militares da Força Federal e, nela, pode-se observar a preocupação em mostrar como foram realizadas as operações de cerco aos rebeldes. No livro, há os relatos sobre todas as unidades militares envolvidas, as direções em que atuaram e os resultados obtidos. É a primeira vez que se observou a ideia do governo federal em estabelecer um isolamento dos rebeldes e a intenção de obrigá-los a se evadir para um país vizinho (a Argentina).

Trata-se de um assunto de importância para a história brasileira e de interesse universitário, por buscar esclarecer os acontecimentos que permearam aquelas rebeliões e as ações militares desenvolvidas, tanto pelos rebeldes como pelas forças legais.

O presente artigo abordou as duas vertentes formadoras da "Coluna Miguel

Costa-Prestes": as colunas paulista e gaúcha. Os rebeldes paulistas foram cercados na cidade de São Paulo, dela se evadindo trinta dias após o início das hostilidades, sendo perseguidos pelo interior dos estados de São Paulo e do Paraná e ficando confinados à cidade de Foz do Iguaçu. Os gaúchos foram combatidos nas cidades de Santo Ângelo, São Luís, Porto Feliz e Foz do Iguaçu, perseguidos pelo interior dos estados do Rio Grande do Sul, do Paraná e de Santa Catarina, por tropas legais, que cumpriam ordens do presidente da República Arthur Bernardes.

Da análise superficial de algumas fontes, no caso os relatórios dos ministros da Guerra dos anos de 1924 e 1925, podem-se perceber novas informações, inclusive levantamentos de inteligência, que asseveravam ser ideia dos rebeldes fundar, no Estado do Mato Grosso, um "Estado Livre do Sul".

É interessante lembrar que o movimento deve ser estudado sob o enfoque militar, dentro do contexto das revoltas, para que as lições aprendidas não fiquem esquecidas ou, mais grave, sejam perdidas.

Conclusão

Diferente do que a historiografia brasileira tem apresentado sobre as revoltas tenentistas — particularmente as ocorridas nos estados de São Paulo e do Rio Grande do Sul em 1924, das quais se formaram a coluna rebelde paulista, comandada pelo capitão de Engenharia do Exército Juarez Távora e pelo major da Força Pública de São Paulo Miguel Costa, e a coluna rebelde gaúcha, comandada pelo capitão de Engenharia do Exército

Luis Carlos Prestes —, elas não obtiveram o êxito necessário para modificar, de imediato, a conjuntura política que existia no Brasil na década de 1920.

As colunas rebeldes, conhecidas inicialmente pela designação de “Divisão São Paulo” e “Divisão Gaúcha”, não realizaram as ações de combate exatamente da maneira que a memória construída erigiu, *a posteriori*, como verdade histórica.

Apesar de ter, no momento do levante, reunido um efetivo considerável de rebeldes militares (cerca de 9.500 homens) e contando, ainda, com a concorrência oportunista de opositoristas civis, particularmente estrangeiros remanescentes da 1ª Grande Guerra e aqui chegados como imigrantes, as colunas rebeldes não conseguiram fazer frente às tropas dos governos federal e estadual. Não houve condições táticas e operacionais para oferecer combates decisivos às Forças Legais. Portanto, só lhes restou a “manobra de fuga”, que, apesar de alguns expoentes do tenentismo terem asseverado tratar-se de uma “Guerra de Movimento”, na realidade o que se verificou foi uma grande ação de perseguição por parte do Exército Brasileiro, auxiliado pelas milícias estaduais, como a Brigada Militar Gaúcha, sem trégua aos rebeldes. A “Guerra de Movimento” pressupõe ações ofensivas e não de retiradas e de rompimento de contato com a força oponente.

Foram o relevo e a hipótese mais provável de conflito (com a Argentina) daquela época que condicionaram a decisão do governo brasileiro em concentrar o maior efetivo militar no Estado do Rio Grande do Sul (três divisões de cavalaria e uma divisão de infantaria). O território paulista não é favo-

rável ao emprego maciço de tropa de cavalaria, o que favoreceu o uso constante de meios ferroviários pela Força Legal. Já no oeste dos estados de Santa Catarina e do Paraná, o terreno é mais movimentado e possuidor de vegetação mais densa, o que dificultou o movimento dos cavalarianos.

Em 1924, a estrutura viária no Brasil era por demais precária. Em São Paulo, particularmente, e nos estados do Sul, no entanto, havia uma malha ferroviária muito importante, ligando os principais centros produtores e distribuidores do principal produto brasileiro, que era o café, além da criação e do comércio do gado gaúcho. Considere-se também a existência da Central do Brasil, que realizava a ligação imediata com o centro político nacional, o Rio de Janeiro. As rodovias, a maioria de terra batida, não tinham capacidade operacional para permitir um tráfego constante de veículos, particularmente nos períodos de chuva.

Ao iniciar a rebelião, os sediciosos sublevaram as guarnições militares da cidade de São Paulo, a 5 de julho, e do Rio Grande do Sul, em 29 de outubro, contando com a adesão supostamente prometida por outras no interior dos Estados, o que não ocorreu. Em São Paulo, os combates se desenvolveram dentro do perímetro da cidade, o que se revelou uma grande dificuldade de controle por parte dos rebeldes. O combate em zonas edificadas e em localidades ainda é o mais difícil de ser realizado, particularmente pela existência de população civil envolvida. No Rio Grande do Sul, as ações mais relevantes ocorreram na porção noroeste do Estado; o grande centro militar, a cidade de Santa Maria, não foi atacado.

Se a intenção dos rebeldes, manifestada pela cabeça dos movimentos, foi derrubar o governo de Artur Bernardes, não se compreende a razão e a “visão estratégica” em dominar regiões de fronteira, como ocorreu após a fuga para o interior do Estado e para o oeste paranaense. Não tinha o comando rebelde noção de dimensão territorial e não possuía efetivo suficiente para mobiliar todo o espaço pretendido. A ideia de tentar ocupar outras localidades que não contribuiriam diretamente para o objetivo (como as cidades do oeste paranaense e o território do Estado do Mato Grosso) caracteriza a total ausência de um planejamento estratégico. O centro militar mais importante do Brasil, a cidade do Rio de Janeiro, não foi ameaçado por qualquer força rebelde em nenhum momento. Deve-se lembrar também que as unidades militares sublevadas em São Paulo e no Rio Grande do Sul não o foram na sua totalidade.

O apoio da população aos revoltosos foi também relativo. Nos locais onde havia forte oposição ao governo, existia solidariedade. Em outras regiões, os moradores defenderam as cidades do assalto dos rebeldes.

A ausência de uma ligação de comando mais eficiente entre as várias colunas rebeldes não permitiu uma coordenação tática que garantisse êxito nas ações de combate, particularmente contra outras localidades. A reação dos militares que não aderiram à rebelião e a posterior defecção de outros comprometidos com ela foram aspectos que dificultaram a consecução dos objetivos previstos pelos revoltosos, obrigando-os a se dispersar pelo território nacional.

A constituição dos destacamentos (Dst) — formação similar ao que hoje entendemos

como “força-tarefa”, flexíveis na sua composição e fortes em unidades de cavalaria e infantaria, conseguindo, com isso, mobilidade e ação de choque — pelas Forças Legais agregou à sua estrutura o reforço dos Corpos Auxiliares e dos Batalhões Patrióticos. Esses Dst, partindo de diversas bases, atuaram coordenados, apesar das dificuldades em meios de locomoção, especialmente porque os rebeldes — e nesse aspecto tiveram sucesso — destruíram muitas pontes e inutilizaram locomotivas, composições férreas e as próprias linhas, negando à Força Legal a utilização eficaz desse meio de transporte.

O apoio da população às tropas legais ficou evidente, principalmente na luta para garantir as localidades e no apoio dado por chefes regionais.

De todas as ações levadas a efeito pelos rebeldes, a única que pode ser considerada como objetivo militar foi o assalto à localidade de Formigas, no Estado do Paraná, que, apesar de ter durado apenas uma jornada, conseguiu, por meio de ações rápidas e de surpresa tática, desarticular, momentaneamente, o sistema logístico da Força Legal. Os outros não foram concretizados, descaracterizando qualquer visão de futuro para a rebelião.

A opção de seguir rumo ao Sul, através do meio fluvial, o rio Paraná, e realizar a junção com as tropas rebeldes gaúchas, orientação feita pelo “Gen Isidoro” (Isidoro Dias Lopes), comandante-geral das revoltas, obrigou Miguel Costa a reorganizar as forças rebeldes paulistas. Essa nova formação, diga-se de passagem, eficiente, permitiu à coluna rebelde retirar-se do território paulista, atravessar o Estado do Paraná e juntar-se aos rebeldes da “Divisão Rio Grande”, na

cidade de Benjamin Constant, no oeste paranaense, concentrar-se em Foz do Iguaçu e, posteriormente, se evadir para território paraguaio, atravessando o rio Paraná.

O enfrentamento dos rebeldes com as Forças Legais, nessa etapa da retirada, deu causa a alguns combates. Cabe ressaltar, em especial, o combate de Catanduvas, no qual os rebeldes foram obrigados à rendição de grande parte de seu efetivo.

A escassez de recursos (munição, armamento e alimentação) foi também outro fator de restrição imposto aos rebeldes. Os paulistas chegaram a Foz do Iguaçu com cerca de 700 homens, menos da metade que havia saído do Estado de São Paulo. Os rebeldes gaúchos eram cerca de 4.000 homens.

As ações da Força Legal sob o comando geral do Gen Rondon, contra os rebeldes da "Divisão São Paulo," estavam em andamento quando a coluna gaúcha penetrou no oeste paranaense. A tropa que atuou no interior do Estado de São Paulo e na região centro-oeste do Estado do Paraná estava articulada para enfrentar os rebeldes paulistas. Com a chegada da coluna rebelde vinda do Sul, houve a necessidade de reordenar as Forças Federais. O Gen Coutinho, comandante do 1º grupo de Dst (Dst Mariante, Almada e Corbiniano), após a queda de Catanduvas, último reduto forte dos paulistas, direcionou as ações visando manter os rebeldes concentrados na faixa de fronteira com a Argentina e com o Paraguai.

Após a junção com os rebeldes paulistas, que ocuparam por cerca de sete meses a cidade de Foz do Iguaçu, com um efetivo aproximado de 700 homens, os

rebeldes comandados pelo Cap Prestes não tiveram outra opção senão se preparar para emigrar do território brasileiro, transpondo o rio Paraná, juntamente com os paulistas de Miguel Costa, pelos portos fluviais existentes ao longo da via fluvial. A decisão do comandante da "Divisão Rio Grande" de unir-se à "Divisão São Paulo", no Norte do rio Iguaçu, foi o que lhe restou fazer, uma vez que haviam decidido prosseguir na luta contra o governo. Desprovidos de apoio logístico, pressionados pelas Forças do Governo, transpuseram o rio, com uma nova formação, invadiram o território de um país soberano, o Paraguai, caracterizando um ato deliberado de confronto bélico.

O reforço enviado pelo comando da 3ª RM, os Dst do Gen Paim e do Cel Claudino, em apoio às tropas do Gen Rondon, permitiu que a ação dos rebeldes ficasse limitada à fronteira oeste paranaense. Todas as ações dos revoltosos buscando penetrar no Estado do Paraná para apoiar os paulistas foram repelidas com sucesso.

As Forças legalistas atingiram seu objetivo com a posse do extremo oeste do Estado do Paraná e com a retirada dos rebeldes, reintegrando aquela região ao domínio do governo brasileiro.

Muita especulação existe até os dias atuais sobre a atuação do Exército nessa campanha. A ideia de que a Força Federal não se conduziu com determinação e que foi incompetente na perseguição aos rebeldes carece de fundamentação nos aspectos militares.

Outro aspecto importante: os reflexos da atuação da Missão Militar Francesa, que a historiografia tradicional teima

em avaliar como decadente, preocupada apenas com operações estáticas, de sítio, como as operações de cerco, foram observados durante as ações contra os rebeldes. A organização das unidades militares, a confecção das ordens de operações, a utilização de armamento francês e alemão, o método de análise da situação e a posterior definição das ações evidenciaram a orientação da Missão Militar. Havia, também, um sistema de informações estruturado, apoiado por meios de transmissão eficientes para a época, além de um apoio logístico razoável. O trabalho de estado-maior

nas unidades e nos grandes comandos foi utilizado com a frequência, indispensável ao bom êxito das operações.

Mesmo com as deficiências decorrentes das modificações conjunturais da época, da distribuição nem sempre satisfatória dos meios de combate, soube o Exército adaptar e modificar as táticas aprendidas ao seu tipo de terreno e à ação em grandes espaços, demonstrando capacidade de adaptação, criatividade e determinação em cumprir da melhor maneira o papel constitucional que lhe coube naquela época. ☺

Referências

ALBUQUERQUE, Caetano M. de F. e. **Dicionário técnico militar de terra**. Lisboa : Typographia do Anuario Commercial, 1911.

BARROS, João Alberto Lins de. **A marcha da coluna**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1997.

BONNET, Gabriel. **Guerras insurrecionais e revolucionárias: da antiguidade aos nossos dias**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1963.

CAMARGO, Aspásia; GOÉS, Walder de. **Diálogo com Cordeiro de Farias: meio século de combate**. Rio de Janeiro: Bibliex, 2001.

CARVALHO, José Murilo de. **Forças armadas e política no Brasil**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2005.

COELHO, Edmundo Campos. **Em busca de identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1976.

CORRÊA, Anna Maria Martinez. **A rebelião de 1924 em São Paulo**. São Paulo: Hucitec, 1976.

DONATO, Hernâni. **Dicionário das batalhas brasileiras: dos conflitos indígenas aos choques da reforma agrária (1996)**. Rio de Janeiro: Bibliex, 2001.

DRUMOND, Carlos Augusto. **A Coluna Prestes**. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

FALCÃO, Oscar de Barros. **A revolução de 5 de Julho de 1924 (a componente militar)**. Rio de Janeiro: Imprensa do Exército, 1962.

- FAORO, Raimundo. **Os donos do poder**. São Paulo: EDUSP, 1975.
- FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 2008.
- FORJAZ, Maria Cecília Spinna. **Tenentismo e política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- HAYES, Robert Annes. **Nação Armada: a mística militar brasileira**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1991.
- JUNIOR, Caio Prado. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1969.
- KEITH, Henry Hunt. **Soldados salvadores**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1989.
- MACAULAY, Neill. **A Coluna Prestes**. São Paulo: Difel, 1977.
- MALAN, Alfredo Souto. **Missão Militar francesa de instrução junto ao Exército Brasileiro**. Rio de Janeiro, Bibliex, 1967.
- MCCANN, Frank D. **A nação armada: ensaios sobre a história do exército brasileiro**. Recife: Guararapes, 1982.
- _____. **Soldados da pátria: história do exército brasileiro: 1889-1937**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- MEIRELLES, Domingos. **As noites das grandes fogueiras: uma história da Coluna Prestes**. Rio de Janeiro: Record, 1995.
- MOTTA, Jehovah. **Formação do oficial do exército: currículos e regimes na Academia Militar (1810-1944)**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1976.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio. Classes Médias Urbanas: formação, natureza, intervenção na vida política. In: FAUSTO, Boris (Dir). **História geral da civilização brasileira: o Brasil republicano, sociedade e instituições**. Rio de Janeiro: Difel, 1985, p. 30.
- _____. **Estratégias da ilusão: a Revolução Mundial e o Brasil, 1922-1935**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- PRESTES, Anita Leocádia. **A Coluna Prestes**. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- ROUQUIÉ, Alain (Org). **Os partidos militares no Brasil**. Rio de Janeiro: Record, 1980.
- SANTA ROSA, Virgínio. **O sentido do tenentismo**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.
- SODRÉ, Nelson Werneck. **A Coluna Prestes: análise e depoimento**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

_____. **História militar do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

TÁVORA, Juarez. **A guisa de depoimento**. São Paulo: Companhia Nacional, 1927.

_____. **Uma vida e muitas lutas: memórias**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1976.

Fontes

A pesquisa de fontes primárias foi realizada, basicamente, no Arquivo Histórico do Exército, considerando-se a natureza e a especificidade do assunto. Estão relacionadas abaixo as fontes primárias que foram pesquisadas:

- Relatório de Combate do Destacamento ALMADA no sul do Brasil (1924-1925).
- Relatório do Destacamento do Coronel Emílio Lúcio ESTEVES das ações no Rio Grande do Sul (1924-1925).
- Relatório do general João Nepomuceno da Costa sobre os levantes sediciosos de São Paulo e do Rio Grande do Sul (outubro de 1924).
- Relatórios do Ministro da Guerra dos anos de 1924 e 1925.
- Relatório de Operações da 3ª Região Militar (Rio Grande do Sul), durante o período revolucionário (1924-1925).